

ENSINO DE GRAMÁTICA, PRECONCEITO LINGÜÍSTICO E EXCLUSÃO SOCIAL: UMA ESTRATÉGIA HISTORICAMENTE EFICAZ NO BRASIL

Helen Lacerda Edington Fonseca¹

Resumo: O preconceito lingüístico decorrente de uma política de linguagem excludente é aqui denunciado a partir da análise de diferentes sociolingüistas brasileiros e estrangeiros. A falsa idéia do monolingüismo brasileiro e a prática social diglössica em uma sociedade cujo letramento se baseia em um padrão lingüístico idealizado, que não corresponde ao uso efetivo sequer pela classe plenamente escolarizada, são fatores que geram o conflito nas classes populares. O preconceito lingüístico resultante da idéia de “erro” veiculada pela Gramática Normativa e Tradicional é aqui abordado como forma estigmatizante das classes populares, cujo representante e maior objeto de crítica no Brasil é o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Objetiva-se, enfim, chamar a atenção sobre esse problema sociolingüístico no contexto brasileiro, na tentativa de gerar o debate entre educadores e suscitar na comunidade possíveis saídas e soluções.

Palavras-chaves: Diversidade Lingüística; Política de Linguagem; Diglossia; Preconceito Lingüístico; Inclusão Social.

Abstract: The social-political character that underlies a related politics of linguistic preconception for creating an excluding language here is denounced from the analysis of different Brazilian and foreign social-linguistics. The false idea of Brazilian monolinguisism and the social practice of diglossy in a society whose education is based on an idealized linguistic standard that does not even correspond to an educated class, are factors that generate the conflict in the popular classes. The resulting linguistic preconception of an “error” propagated by the Normative and Traditional Grammar is underlined as a means to stigmatize popular classes, whose representative and greater object of criticism in Brazil is the president Luiz Inácio Lula da Silva.

Keywords: Linguistic diversity; Language politics; Diglossy; Linguistic preconception; Socialization.

Em *A República* Platão apresenta a sua *Politéia*, que consiste em uma sociedade formada por cidadãos, conscientes de seus direitos e deveres, convivendo harmônica e fraternalmente de modo justo e motivados racionalmente, como conseqüência da educação recebida.

Sem ignorar o caráter utópico do projeto platônico – crer em uma convivência pacífica entre os homens, a despeito de qualquer interesse ou ambição individual – e o

¹ Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Especialista em Língua Portuguesa, Doutoranda pelo Programa de Doutorado em Filologias Portuguesa e Galega da Universidade de Santiago de Compostela (Espanha).

elitismo evidente pela não aceitação do trabalhador como cidadão – já que para sê-lo era preciso praticar a filosofia e a política –, o sistema de governo que Platão tentou implantar continua sendo admirável fundamentalmente pela sua orientação filosófica de educação e seu caráter ético. É ainda evocando neste intróito o Mito da Caverna do mesmo Platão, que se pretende apresentar aqui as diferentes formas do preconceito lingüístico, suas conseqüências em um contexto de desigualdades sociais díspares como o brasileiro e o importante papel do ensino da língua materna na inclusão ou exclusão das classes sociais desprestigiadas.

O preconceito lingüístico que, segundo Leite (2008), difere da intolerância lingüística, manifesta-se dentro e fora da escola. O preconceito, que é uma opinião sem julgamento, pode discriminar, mas não se apresenta discursivamente sobre argumentos de verdades. A intolerância é a incapacidade de o indivíduo conviver com a diversidade, seja de crenças, opiniões ou conceitos.

Segundo Bagno (1999) preconceito lingüístico é a idéia ou conjunto de idéias sobre a língua e seus usos, sem fundamento teórico-científico, as quais levam a atitudes discriminatórias contra pessoas que não usam o padrão lingüístico. Discriminar significa separar pessoas e grupos e ser preconceituoso é ridicularizar o outro na sua diversidade considerada inferior.

A realidade lingüística de um país constitui-se de uma gramática normativa escrita e uma não-escrita (GRAMSCI, 1975). Esta última, por ser mais consensual e espontânea entre grupos sociais hegemônicos gera, diante das variedades lingüísticas brasileiras, o preconceito e a intolerância, como o que se observa nos exemplos a seguir apresentados.

A reação polêmica no mundo gramatical à palavra “*imexível*”, criada por Rogério Magri, ex-sindicalista e ex-Ministro do Trabalho e a baixa repercussão em relação ao termo “*convivível*” em “a inflação não é mais *convivível*”, mencionado por Fernando Henrique Cardoso, provavelmente devido ao seu prestígio político e intelectual, evidenciam a existência de preconceito.

Os jornais brasileiros apresentam farto material sobre preconceito lingüístico. A *Folha de São Paulo* publica cartas de leitores que expressam revolta ao encontrarem erros de linguagem nos textos das matérias, declarando-se ofendidos e revoltados e agredindo verbalmente os articulistas.

A revista *Veja* (2003), cuja matéria se refere ao debate entre um professor de língua e os lingüistas, encerra o texto com uma citação equivocada de Wittgenstein

(1987) sobre linguagem, ao afirmar que, segundo este, “os limites da linguagem são os limites do pensamento”, quando na verdade o filósofo diz que “tudo o que não foi ainda pensado e compreendido não pode ser expresso em linguagem” (LEITE, 2008). Esse recurso ao argumento de autoridade caracteriza o preconceito e a intolerância no que tange às variedades não-padrão. Cabe ressaltar que, ao criticar alguém por “falar errado”, o agente do preconceito lingüístico tece a crítica não à pessoa, mas à classe social à qual esta pertence. O presidente Luís Inácio Lula da Silva é objeto constante de preconceito e intolerância lingüística. Oriundo de região nordestina e família pobres, sua fala espontânea reflete, evidentemente, sua classe sociocultural de origem.

Em relação às metáforas usadas pelo presidente, Paulo Arantes, professor de Filosofia da USP, afirma levarem “à imbecilização da opinião pública” (*Jornal da USP*, 2003) e o psicanalista Tales Ab’Saber as associa “ao rebaixamento das questões” (*Folha de São Paulo*, 2003). Danuza Leão, jornalista e *socialite*, em matéria de *A Folha de São Paulo* (22/06/04), critica o presidente Lula por comemorar as bodas de pérola com uma festa caipira no Palácio do Planalto. Adotando expressões populares de caráter pejorativo diz que o presidente, tão genuinamente brasileiro, “ajudou a pendurar as bandeirinhas do *arraiaá*” (forma usada na zona rural). Compara o presidente a Jeca Tatu – personagem criado por Monteiro Lobato (1914), o qual representa a subnutrição e o atraso – deprecia o vestido caipira da primeira dama e conclui dizendo que “o *arraiaá* foi de uma breguice difícil de ser superada”.

A matéria acima acarretou a resposta imediata da jornalista e doutora em História Social pela USP, que asseverou estar Danusa Leão equivocada na crítica, já que a sua é uma visão xenofóbica e subalterna a valores estrangeiros, caracterizadora de colonizados, os quais buscam valores sempre fora de seu contexto nacional, desprezando a própria cultura.

A jornalista Dora Krammer, de *O Estado de São Paulo*, publica em 2005 o texto “*Em Nome da Lei do Pior Esforço*”, que desqualifica a fala do presidente e o dialeto dos brasileiros que falam como ele. Em comentário à crítica, Leite (2008) afirma haver contradição da articulista, por afirmar inicialmente que a fala do presidente é *normal* e, em seguida, negar tal *normalidade*, da fala daquele ao dizer que o mesmo fala “sistematicamente” errado.

No segmento abaixo transcrito do texto de Krammer, percebe-se a ideologia segundo a qual “a língua condiciona o pensamento e, conseqüentemente, a ação”; assim,

um falante de variante não culta não pensa ou age de forma inteligente, o que é inaceitável.

Há de haver uma explicação para o empenho do governo em geral e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em particular na consolidação do pensamento banal, da palavra tosca e do ato irrelevante como valores representativos do caráter nacional. (2005, p.59)

Paulo Bearzoti Filho (2005), articulista da Revista *Discutindo Língua Portuguesa*, comenta as correções feitas pela *Folha de São Paulo* às palavras do presidente Lula:

“Eu conquistei o direito de andar de cabeça erguida, neste País, com muito sacrifício. E não vai ser a elite brasileira que vai fazer *eu* baixar a minha cabeça.” A *Folha* editou: “Elite não me fará baixar a cabeça”. A revista refere-se às três interferências gramaticais feitas pela manchete: a) o substantivo *cabeça* aparece sem o pronome possessivo *minha*, atendendo à regra da gramática tradicional, segundo a qual não se deve empregar possessivos com partes do corpo; b) a locução verbal *vai fazer* assume o aspecto formal *fará*; c) o pronome *eu*, da construção “*vai fazer eu baixar a minha cabeça*” torna-se *me*.

A mesma revista refere-se às críticas constantes de que é objeto o presidente, devido à sua fala, maiormente por parte de seus adversários políticos. Refere-se ao comentário feito pela professora titular dos departamentos de Filosofia da USP e UNICAMP, Maria S. de Carvalho Franco, que declara à revista *Veja* (15/04/04):

Na verdade, o bom Português é o mínimo que se exige de um presidente da República. Não aceito o argumento de alguns lingüistas de que a língua falada é dinâmica. Existe uma gramática, com significados definidos. São estruturas que têm de ser respeitadas, senão a língua desaparece, vira um dialeto incompreensível.

Para certa camada da população o presidente Lula comete “erros de Português”, o que não seria compatível com o exercício da vida pública. O articulista, Bearzoti Filho, lança como questão se essa é uma crítica justa ou preconceituosa, e passa a

“investigar o fato que a motiva”. Apresentando mais dois exemplos de fala do presidente, diz que, em 1982, em debate televisivo, Lula afirmou que um comentário do jornalista Boris Casoy atribuía “menas importância” às funções públicas de prefeito e governador. Também, no mesmo debate, empregou duas vezes a forma “estrupe”. Em 1989, em debate com Fernando Collor de Melo, disputando a presidência da República, falou “menas miséria”. Bearzoti Filho reconhece que Lula, como falante de origem popular e sem escolaridade superior, não atende à orientação da gramática normativa “ou, dito de outra forma, comete ‘erros de Português’”. Propõe que não se releve essa questão, já que o presidente não é o único e que está “errando” cada vez menos em relação à língua.

Apresenta textos de intelectuais brasileiros, como o de Paulo Renato Souza, ex-reitor da Unicamp e ministro da Educação nos governos de Fernando Henrique Cardoso. Em conversa informal, virtual, com estudantes, em um portal da Internet (1997) escreveu: “Certamente o Brasil precisa *expandir* e diversificar sua área de ensino técnico...” Refere-se ao erro ortográfico “expandir” em lugar de “expandir”. O articulista justifica com a pressa em articular idéias e escrevê-las e diz que não se pode exigir que ninguém saiba tudo. Apresenta o segundo exemplo, um bilhete escrito pelo então presidente Fernando Collor: “*Chama-me* a atenção os desdobramentos do resultado da antecipação, pelo Senado, do plebiscito sobre formas e regimes de governo”, o qual evidencia a falta de concordância do verbo com o sujeito.

O jornalista considera também a hipótese de tais “erros” do presidente Lula constituir uma estratégia de identificação com as camadas mais pobres da sociedade (*Discutindo Língua Portuguesa*, 2005, nº 5). Cabe esclarecer que a discrepância entre o que prescrevem as normas da gramática tradicional e o Português falado no Brasil manifesta-se não apenas nas normas populares, mas também na norma culta falada. O Projeto NURC (Norma Urbana de Registro Culto) e os estudos da gramática do Português falado (CASTILHO, 1996) comprovam a existência de muitos “erros” na fala espontânea de pessoas com nível universitário completo. Um dos casos consiste no uso de pronomes retos na posição de objeto do verbo, uso já em vigor e ratificado por Matoso Câmara Jr., em 1960, bem como o uso invariável da próclise em todo o País. Constata-se, desse modo, que a linguagem de Lula está muito próxima daquela de integrantes da classe média.

Sabe-se que o padrão lingüístico do Português vem sendo historicamente utilizado como forma de controle e exclusão das “minorias” por uma elite. Tal padrão,

constituído artificialmente, no século XIX, baseado em escritores portugueses do Romantismo, constituiu-se em uma atitude purista de rechaço à mescla racial brasileira da época e, conseqüentemente, ao abasileiramento da norma-padrão (BAGNO, 2002).

Também já foi dito que a escola tem sido legitimadora de tal processo (BOURDIEU, 1975), ao adotar como padrão de ensino gramatical uma variedade lusitana, anacrônica e ideal (artificial), distante da realidade lingüística brasileira, o que historicamente levou à reprovação massiva e, hoje, certamente, é co-responsável pelo grande índice de evasão escolar (SOARES, 1993). Outro fator responsável pela falta de habilidades lingüísticas dos alunos é a má qualidade dos ensinamentos público e privado, que ainda adotam extensos conteúdos programáticos para levar os alunos a memorizações excessivas em vez de adotar a prática de leitura e escrita como forma de identidade.

É preciso entender o conceito de *norma lingüística* de cada grupo social, não apenas como manifestação lingüística comum a todo o grupo, mas também como veículo de valores socioculturais. Assim, na sociedade estratificada brasileira há a norma das comunidades rurais, a de grupos jovens urbanos, a das periferias urbanas, a da classe média urbana etc.

Cabe distinguir *norma culta* – variante adotada por grupos sociais ligados à cultura escrita e ao uso formal oral e escrito – de *norma-padrão* – variedade adotada oficialmente para neutralizar a variação e controlar a mudança lingüística e que resulta da mescla de elementos léxico-gramaticais e ideológicos.

O Português brasileiro mantém, ainda hoje, conservada pela desigualdade social, uma polaridade lingüística entre fala da elite e fala do povo (LUCCHESI, 2002). Para a estigmatização da classe popular contribui a mídia, gerando o preconceito que discrimina e exclui econômica e socialmente. Em qualquer análise da língua ou abordagem de cultura percebe-se o conflito entre fala e escrita. Evidencia-se assim, subjacente à língua-padrão, orientações político-ideológicas e interesses de classes.

Bortoni-Ricardo (2004), entre suas inúmeras pesquisas do português brasileiro, considera, para explicar a situação lingüística brasileira na atualidade, a grande mobilidade social nos centros urbanos do Brasil, a qual levou a um contato maior entre variantes rurais, urbanas, sociais etc.

A autora, apresentando dados sobre o analfabetismo, observa que houve uma queda no percentual de analfabetos, mas que os números ainda continuam alarmantes. Referindo-se ao conceito de analfabeto funcional – o indivíduo que, mesmo sabendo ler e escrever frases simples, não possui as habilidades necessárias para desenvolver-se

profissionalmente –, diz que o Quinto Indicador Nacional de Analfabetismo Funcional, divulgado em 2005, mostrou que apenas 26% dos brasileiros na faixa de 15 a 64 anos de idade são plenamente alfabetizados.

Com o aumento das matrículas no ensino fundamental das últimas décadas, esperava-se que o percentual de brasileiros plenamente alfabetizados se compatibilizasse com o dos países industrializados, contudo isso não vem ocorrendo porque “a escola brasileira não tem propiciado a um grande contingente de seus alunos efetivo acesso à cultura letrada”. (2004, p. 22)

Propõe-se conscientizar o leitor sobre variação lingüística. Refere-se aos ambientes onde a criança inicia seu processo de socialização: “a família, os amigos e a escola, os quais denomina “domínios sociais”, e que são, por sua vez, espaços físicos onde as pessoas interagem assumindo certos papéis sociais; estes constituem o conjunto de obrigações e direitos adquiridos por normas socioculturais e são construídos no próprio processo da interação humana. Ao usarem a linguagem para a comunicação, as pessoas também estão construindo e reforçando os papéis sociais de cada domínio. O diálogo, no ambiente familiar, entre mãe e filho, reflete traços lingüísticos que marcaram ambos os papéis.

Bortoni-Ricardo apresenta e comenta exemplos de variação lingüística na linguagem do professor, ao monitorar a sua linguagem quando conduz eventos mediados pela língua escrita, mas que é muito espontâneo em situações de oralidade. Entre os primeiros se inclui a leitura, o ditado, a fala simultânea à escrita no quadro de giz etc.; os eventos de oralidade são intervenções curtas para manter a disciplina.

Travaglia (2001) propõe que o ensino de gramática seja voltado para uma gramática de uso, uma gramática reflexiva, auxiliado pela gramática teórica e normativa e levando em conta a interação em situação comunicativa. Redimensiona o ensino descritivo e prescritivo, afirmando que o ensino descritivo deverá levar ao conhecimento da língua como instituição social e será um meio para auxiliar o desenvolvimento da competência comunicativa. O ensino prescritivo da gramática normativa deverá ser feito sem considerar determinados usos da língua como única forma válida, mas para uso da língua em determinadas circunstâncias por razões de ordem social, “econômica e cultural de um grupo, por razões políticas (purismo, vernaculidade, necessidade de identidade nacional)”.

O autor reafirma que o conceito de gramática aqui veiculado é muito mais amplo do que tradicionalmente se concebe e aplica em classe, e que a gramática é imprescindível para produzir-se ou entender-se qualquer texto. Diz, segundo Franchi (1987), que ela é “a condição da criatividade linguística nos processos comunicativos gerais, é o trabalho com a variedade dos recursos lingüísticos postos à disposição do produtor e do receptor de textos para a construção de sentido” (TRAVAGLIA, 2001, p. 235)

Critica a postura redutora dos que adotam sistematicamente os exercícios de segmentação de elementos – análise morfológica e sintática –, traços de categorias como classificação e nomenclatura, afirmando que cabe ao professor usar a variedade lingüística para atividades gramaticais que se relacionem com o uso desses recursos para produzir e compreender textos em situações de interação comunicativa.

Sua proposta, sob a perspectiva textual-interativa é a de:

- a. aula de leitura como prática de busca e levantamento de sentidos possíveis diante dos elementos que interferem no sentido de uma seqüência lingüística em uma situação de comunicação e da coerência do texto.
- b. Aula de redação como forma de selecionar recursos lingüísticos, e seu uso para chegar-se a uma interação comunicativa.
- c. A aula de gramática como forma de análise de como os elementos da língua funcionam como marca de instruções relacionais.

Silva (1995), referindo-se particularmente à prática social fora do âmbito pedagógico-escolar, assevera que a regulação embasada nos dialetos de prestígio é, não apenas desnecessária – uma vez que a sociedade procede naturalmente a uma auto-regulação lingüística –, como também é ineficaz e nociva.

Propõe, então, que se proceda a um trabalho de conscientização que atinja a escola e a transcenda, atingindo a sociedade, com o objetivo de respeitarem-se as variantes individuais e as normas sociais existentes. Refere-se ao Projeto NURC – estudo da norma lingüística oral culta de cinco das principais capitais brasileiras –, cuja finalidade é a descrição dos usos lingüísticos cultos, isto é, usos de pessoas cuja escolaridade atinja o terceiro grau, de modo completo. Tal descrição, por sua vez, visa a ser a base para a elaboração de uma *gramática referencial* da língua portuguesa falada no Brasil.

Afirmando haver bastante material coletado sobre a modalidade oral culta, no Brasil, graças ao NURC, e ter esse conhecimento influenciado ideologicamente os segmentos universitários, no sentido de respeitar-se a diversidade de normas no ensino da língua, acredita a autora na possibilidade de criar-se um projeto pedagógico que leve em conta a pluralidade de dialetos e normas no Brasil. Apresentando farta exemplificação da heterogeneidade dialetal brasileira, bem como aludindo ao fato da comprovação, pelo Projeto NURC, da variação na norma culta brasileira, apresenta dados comprobatórios de tal variação e relembra, mais uma vez, a questão colocada por Geraldini (1984), segundo o qual a escola brasileira - representada aqui pelos professores, que provêm das mesmas classes sociais da clientela dessa instituição - “está impotente diante da realidade social com que se defronta”.

Labov (1972, *apud* SOARES, 1994, p. 43) nega o conceito de “deficiência lingüística” afirmado por Bernstein, a partir de sua pesquisa sobre linguagem e classe social e sobre as variedades do inglês não-padrão usadas por grupos étnicos diferentes nos Estados Unidos. O lingüista critica a educação compensatória e afirma ser um mito a deficiência lingüística, evidenciando que as crianças dos grupos étnicos socialmente desfavorecidos recebem muita estimulação verbal (“vivem banhadas em estimulação verbal da manhã à noite”), ouvem uma linguagem mais estruturada que as crianças de classe média, participam de uma cultura intensamente verbal (Labov 1972, *apud* SOARES, 1994, p. 44).

Afirma o autor que as crianças das classes desfavorecidas dispõem de um vocabulário básico igual ao de qualquer outra criança e que possuem a mesma capacidade para a aprendizagem. Assevera também ser a fala informal muito mais gramatical (estruturada) que a fala formal. Soares critica as soluções propostas pela “teoria da deficiência lingüística” – educação compensatória – e pela “teoria das diferenças lingüísticas” – o bidialetalismo funcional, alegando que nas duas situações a escola perpetua as desigualdades sociais, ao estabelecer objetivos segundo os padrões culturais e lingüísticos das classes prestigiadas, desqualificando assim os padrões das classes desprestigiadas.

Antunes (2001) assevera que, para levar o aluno à cidadania pelo ensino da língua, cabe ao professor deixar de lado o estudo das frases soltas e trabalhar a língua real que é processada nas relações sociais. Esclarece a autora que para melhorar a competência comunicativa dos alunos é mais produtivo partir-se do “português dos textos ou ensino do texto em português” (2001, p. 15) Propõe que o ensino de língua

consista em encontros entre pessoas interessadas em fatos da linguagem e motivadas pelo poder de intervir socialmente, concretizadas tais aulas no estudo e produção de diferentes gêneros de texto. Assegura ainda que a gramática sozinha não dá conta dos problemas dos que “não sabem falar e escrever português”. Diz ainda que “uma língua é o que são seus diferentes usos. E não há usos da língua fora dos gêneros de texto. Estudar, pesquisar uma língua, para se poder usá-la o mais adequadamente possível é estudar e pesquisar seus usos, em diferentes gêneros de texto” (2001, p. 53).

Espera que tal reflexão repercuta na formação dos professores de língua, nas instâncias governamentais, onde se definem políticas educacionais e na sociedade, onde deve ter início a expressão legítima do respeito pelas pessoas. Com essa forma textual de estudar a língua, atribui-se ao sujeito da fala “autoria, história e poder de participação e sua condição de cidadão, de pessoa interveniente no destino das coisas e do mundo” (2001, p. 53).

É preciso desvelar a falácia da homogeneidade lingüística no Brasil – assim como a do monolinguismo brasileiro – que contribui para a estigmatização das variedades lingüísticas dos segmentos sociais desprestigiados. A hegemonia lingüística de uma elite dominante tem um princípio excludente em relação à maioria populacional, o que se converte em ameaça à segurança e desenvolvimento do País.

A imposição – quer pela escola quer pela mídia – de um padrão lingüístico arcaico e abstrato gera desde formas de estigmatização com ou sem punição até a exclusão de estudantes de classes populares que acabam evadindo da escola, o que resulta nos altos índices de analfabetismo funcional – sessenta milhões!

Essa postura preconceituosa e condenável da gramática tradicional, atestada pela Sociologia e Sociolingüística colabora, indubitavelmente, para a violência no Brasil, já que, por não terem escolaridade completa, os que evadem da escola são preteridos e marginalizados no mercado de trabalho, o que leva grande parte à criminalidade, aos “atalhos” mais próximos (e perigosos) ao dinheiro/sobrevivência. Em um país cuja distribuição de renda é uma das mais desiguais do Planeta, o que esperar dos excluídos?

Outro aspecto a ser considerado é o de que a maioria dos “infratores” da norma-padrão ignora o real fundamento da crítica de que são objeto, o que pode ser confirmado pela leitura de diferentes autores bem como pelo que atesta a experiência docente em classe. O preconceito lingüístico tem um caráter social já mencionado aqui e largamente atestado pela xenofilia exacerbada desencadeada pelos grupos hegemônicos que

elegeram o padrão europeu e difundiram nomes estrangeiros em edifícios residenciais e na farta antroponímia (HOLLANDA, 1998; SANDMANN, 2001).

Conscientizar e sensibilizar educadores sobre os resultados de uma política linguisticamente inadequada e ineficaz – do ponto de vista construtivo – implica na reformulação de técnicas de ensino, atualização da gramática normativa tradicional para adaptá-la à variedade lingüística brasileira. Cabe adotar-se o padrão lingüístico usado efetivamente pelo segmento mais escolarizado e descrito pelo Projeto NURC, respeitando-se as demais variedades sociais e regionais.

Se a linguagem é uma forma de interação pela qual se expressa o pensamento e se atua conforme o seu contexto social, a escola deve reconhecer a multiplicidade dos discursos para desenvolver a competência comunicativa do utente da língua.

Assim, tal como no *Mito da Caverna*, de Platão, só através do desvelar da verdade pelo conhecimento e conscientização o homem poderá libertar-se da servidão, da discriminação e exclusão e a língua, como veículo de cultura e discurso tem relevante papel nesse processo.

Referências bibliográficas

ÂNGELO, Ivan. Tropeços: a graça e a lógica de certos enganos da fala. *Veja São Paulo*, 23 abr. 2003. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/vejasp/230403/cronica.html>. Acesso em: 03 abr.2007.

ANTUNES, Irandé Costa. Língua, ensino e cidadania. *Revista da FAEEBA*. Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação I - Ano 10, n° 15, jan./jun., p. 49-54, 2001.

BAGNO, Marcos. *A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola, 2001.

_____. *Preconceito lingüístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 1998.

BEARZOTI FILHO, Paulo. A voz do Brasil. *Revista "Discutindo Língua Portuguesa"*, Ano 1, n° 10, p. 32-37, 2006.

BORTONI-RICARDO, Stela Maris. *Problemas de intercomunicação dialetal*. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. *Educação em língua materna: a sociolingüística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.

BOURDIEU, P. e PASSERON, Jean Claude. *A reprodução; elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Trad. Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

CALLOU, D. O projeto NURC no Brasil: da década de 70 à década de 90. *Linguística*, n° 11, p. 231-50, 1999.

CÂMARA Jr., J. M. *Dicionário de lingüística e gramática*. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.

CASTILHO, Ataliba T. de (org.). *Português culto falado no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, São Paulo, FAPESP, 1990-1996.

_____. Variação lingüística, norma culta e ensino da língua materna. In: São Paulo, Secretaria de Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Subsídios à Proposta Curricular de Língua Portuguesa para o 1° e 2° graus. Coletânea de textos - vol. I*. São Paulo, SE/CENP, p. 38-53.

CENEVIVA, Walter. Tratando de comborças e namoradas. *Folha de São Paulo*, 15 mar. 2003, Coluna Letras Jurídicas.

FRIAS FILHO, Otávio. Sobre Lula. *Folha de São Paulo*, 8 nov. 2001. Caderno C-1.

HOLLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 [1936]

KRAMMER, Dora. Em nome da lei do pior esforço. *O Estado de São Paulo*, 26 jan. 2005.

LABOV, W. *Principles of linguistic change. Social factors*. Oxford: Blackwell, 2001.

_____. *The social stratification of English in New York City*. Washington: Center for Applied Linguistics, 1966.

_____. *Sociolinguistics patterns*. Oxford: Basil Blackwell, 1972.

_____. *Principles of linguistic change*. Cambridge: Cambridge University Press. 1994.

_____. *Modelos sociolingüísticos*. Tradução para o espanhol por José Miguel Marina Herreras. Madrid: Cátedra, 1983.

LEÃO, Danuza. Festa junina no planalto. *Folha de São Paulo*, 22 jun. 2004.

LEITE, Marli Quadros. *Preconceito e intolerância na linguagem*. São Paulo: Contexto, 2008.

LO PRETE, Renata, MARREIRO, Flávia. O verbo solto de Lula. *Folha de São Paulo*, 29 jun. 2003, PA 4h.

LUCCHESI, D. Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolinguística do português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, Lisboa, nº 12, 1994, p.17-28.

_____. Norma linguística e realidade social. In: BAGNO, Marcos (org.) *Linguística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2002, p. 63-90.

MATTOS E SILVA, R. Idéias para a história do português brasileiro: fragmentos para uma composição posterior. In: CASTILHO, A.T. de (org.). *Para a história do português brasileiro*. vol. I. São Paulo: Humanitas, 1997, p. 21-54.

_____. *Contradições no ensino de português: a língua que se fala x a língua que se ensina*. São Paulo: Contexto/Ed. Da UFBA, 1995.

_____. *Tradição gramatical e gramática tradicional*. São Paulo: Contexto, 1989.

PERELMAN, Chaim. *Tratado de argumentação: a nova retórica*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PLATÃO. *A República (ou sobre a justiça)*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SOARES, Magda B. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. 10 ed. São Paulo: Ática, 1993.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

WITTGENSTEIN, L. *Tratado lógico-filosófico e investigações filosóficas*. Trad. M. S. Lourenço. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.